

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

Comparação Internacional Entre Instituições Universitárias

Thiago Coelho Soares
Gisele Mazon

RESUMO

Este artigo consiste em uma comparação entre a Educação Superior no Brasil com a educação de países de primeiro mundo. Objetivamente, consiste em uma análise comparativa do custo por aluno entre universidades de distintos países. Todavia, buscou-se coletar informações referentes a esta problemática. Para tanto, foram realizadas entrevistas com informantes-chaves que pudessem elucidar esta problemática. Os resultados revelam a importância de observarmos com cuidado as diferenças internacionais na educação superior. Desta feita, uma adequação do sistema brasileiro ao sistema europeu ou norte-americano seriam importante. Portanto, concluiu-se que as comparações internacionais devem respeitar pelo menos dois fatores basilares: poder de compra no país e nível de pesquisa na instituição universitária. Desta maneira, as comparações internacionais entre as universidades serão menos distorcidas.

Palavras chave: Educação Superior. Custo por Aluno. Pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

Uma Instituição de Educação Superior é uma instituição social que tem como finalidade a formação intelectual e científica da sociedade onde esta se encontra. Conforme Colossi, Consentino e Queiroz (2001) a instituição social caracteriza-se por apresentar estabilidade e durabilidade de sua missão e repousa sua estrutura em normas e valores do grupo ou sociedade em que se insere.

A Universidade é, conforme Melo (2002) uma instituição de caráter essencial na sociedade nos dias atuais, isso ocorre em função da competitividade das economias globalizadas e do processo de inovação e mudanças contínuas nas organizações. Desta feita, é acrescentado na discussão das funções universitárias uma corrente em que o processo econômico e social dos países depende, de forma inalterável, da ação direta desse tipo de instituição, destacando-se como um valioso patrimônio no exercício de suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

A importância cada vez mais difundida da administração universitária se tornou resultante da complexidade cada vez maior da educação superior. Colossi (2001) afirma que isto se deve em função das transformações sociais e culturais que acarretam mudanças significativas no processo educacional, e modificam o até mesmo o significado da educação. Por outro lado, as transformações no âmbito das organizações complexas exigem novas formas de gestão, maior flexibilidade organizativa, com sistemas decisórios mais participativos.

Com relação a expansão do Ensino Superior Colossi, Consentino e Quiroz (2001) afirmam que predominaram critérios de busca de atendimento de necessidades voltadas para o mercado, isto mostra a evidência da predominância de interesses econômicos. Desta feita, a expansão do Ensino Superior Brasileiro pode trazer risco de mercantilização, em detrimento das ações que privilegiem os aspectos sociais e o atendimento de minorias.

Amaral (2005) afirma que as comparações internacionais são difíceis de se realizarem. Por que, se em determinado país as instituições de ensino superior são responsáveis pela

manutenção de hospitais universitários, que prestam assistência médica à população carente, mantêm orquestras, bibliotecas comunitárias, museus, escolas de ensino fundamental, educação média etc. e, em seus orçamentos, estão presentes os pagamentos de aposentados e precatórios, e se em outro país essas despesas não estão presentes, os seus custos só são comparáveis com a introdução de adaptações que produzam compatibilidade de suas atividades e de seus gastos.

A Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento Brasileiro - AEMP (2005) apresentando dados da OCDE, identifica que os gastos do governo geral no Brasil com educação superior, em 2002, totalizaram 0,9% do PIB, enquanto que os gastos do governo sul-coreano, por exemplo, foram de 0,3% do PIB. Em contrapartida, ao apresentar dados do Banco Mundial referentes ao mesmo ano, verifica-se que a taxa de matrícula, definida como a proporção de pessoas em idade universitária matriculadas em universidades era de 85% na Coreia do Sul e de 18% no Brasil.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Ter conhecimento dos custos em Instituições Universitárias em diferentes países é essencial para poder realizar comparações realistas. A partir desta problemática, pode-se dizer que estabelecer padrões internacionais de comparação da educação superior é essencial para resolver possíveis distorções causadas por metodologias utilizadas que muitas vezes não levam em consideração informações relevantes sobre a educação superior.

De forma coerente com o descrito acima, o problema de pesquisa deste trabalho pode ser assim definido:

“É possível realizar comparações do custo por aluno entre instituições de ensino superior de países distintos?”.

O objetivo geral deste artigo consiste em mostrar a dificuldade que existe na comparação entre os valores dos custos por aluno entre universidades de diferentes países.

Para o alcance do objetivo geral deste estudo se têm os seguintes objetivos específicos:

- Identificar diferenças referentes a educação superior nos diversos países;
- Identificar os principais problemas na comparação entre universidades de países diferentes;
- Analisar estas diferenças.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Após a apresentação, no item anterior, dos objetivos do estudo, bem como o tema e problema de pesquisa. Apresentar-se-á neste segundo item, os aspectos que sustentam este estudo através da revisão bibliográfica, destacando as comparações do custo por aluno e de pesquisa universitária.

2.1 COMPARAÇÃO DO CUSTO POR ALUNO

Morgan (2003) divide os fatores que determinam os custos das IES em internos e externos. Os fatores internos são os custos de instrução, o serviço ao estudante, a manutenção e o suporte acadêmico. Um dos fatores que determinam o custo de instrução é a produtividade do corpo docente. É a missão da universidade que define os custos associados as unidades de suporte. A biblioteca é considerada um determinante substancial de custo das instituições de ensino

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA3
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

superior, devido ao custo de manutenção. Tal custo, entretanto, varia entre as universidades em virtude da missão, número de alunos, número de Unidades Acadêmicas e outros.

Conforme Kraemer (2004) o cálculo de custo por aluno permite uma maior visibilidade do processo de formação do próprio custo da universidade, assim pode tornar mais claro as diferentes áreas envolvidas em cada atividade (ensino, pesquisa e extensão) e como as áreas de apoio contribuem com estes custos.

Para Amaral (2002) o estudo de custos no ensino superior é revestido de complexidade, porque é possível elaborar uma infinidade de metodologias. Outra complexidade citada pelo autor é que essa infinidade de metodologias pode gerar comparações irreais entre os custos de alunos de diferentes instituições nacionais ou de diferentes países.

Comparações internacionais do custo por aluno são difíceis de serem realizadas por diferentes fatores apontados por Sheehan (1996) como políticas de ingressos nas universidades, situação legal das instituições de ensino superior, o quadro de pessoal, a tradição administrativa, as leis do país, etc.

De acordo com Amaral (2002) o custo por alunos nas instituições universitárias sofrem influência fundamental da política de ingresso de cada país.

Sheehan (1996) aponta três formas diferentes de ingresso na educação superior, são elas:

1. Política de ingresso fechada: utiliza métodos como o vestibular para selecionar os alunos que irão ingressar na educação superior. Ex: Brasil, países do leste europeu, etc;
2. Política mista de ingresso: existem provas de admissão para alguns cursos e para outros não. Ex: França, cursos como medicina e engenharias, existem provas para a admissão;
3. Política de ingresso relativamente aberto: como a Itália, onde as mensalidades são praticamente zero. Na Argentina, nos anos de 1883 a 1985 se abriu o ingresso dos estudantes na graduação, o que triplicou o número de estudantes. Por esta razão, houve uma redução significativa do custo por aluno.

Quando são realizadas comparações internacionais, segundo Schwartzman (1996), a interpretação dos dados é uma atividade mais complexa do que a comparação entre universidades de um mesmo país. Para o autor, as dificuldades mais marcantes estão na possibilidade de inclusão no orçamento os gastos com os aposentados, além de diferenças no nível de terceirização, do papel do hospital universitário e a existência de pós-graduação e pesquisa significativas.

Assim, para Sheehan (1996) uma boa alternativa para comparações internacionais do custo por aluno seria através da proporção do custo por aluno em relação ao PIB per capto. Esta metodologia, segundo o autor é a utilizada pela OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico) e outras organizações internacionais.

Quadro 1 Comparação internacional do custo por aluno em 2000

País	Custo por aluno no ensino superior US\$/ano	PIB - Bilhões	População - Milhões	PIB per capto	Custo aluno/PIB per capto
Jamaica	6.039	10	2,6	3.731	1,62
Paraguai	4.484	26	5,6	4.679	0,96
Argentina	11.724	476	37	12.865	0,91
Estados Unidos	25.310	9.963	275,5	36.163	0,70
Brasil	4.263	1.130	172,8	6.539	0,65
Chile	6.528	153	15,1	10.139	0,64

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

Bolívia	1.495	21	8,1	2.580	0,58
México	4.554	915	100,3	9.123	0,50
Uruguai	1.925	31	3,3	9.394	0,20

Fonte: Soares e Cericato (2005)

Schwartzman (1996) afirma que comparação em dólares nem sempre é sensata, pois as cotações no período não refletem necessariamente a paridade do poder de compra da moeda entre diferentes países. Para efeito de comparações internacionais a interpretação dos dados é ainda mais problemática que em comparações entre instituições universitárias do mesmo país. Isso porque, as estruturas organizacionais são muito diferentes e a existência de pós-graduação e pesquisa significativas também interferem no resultado. Outros indicadores importantes que podem gerar distorções são: gastos com aposentados, nível de terceirização, o papel do hospital universitário.

Quadro 2: PIB *per capita* – Taxa média anual de crescimento entre 1996/2005 e valor em 2004, em US\$ ajustados pela paridade do poder de compra.

	Países	Crescimento médio anual (1996/2005)	Valor em 2004 (US\$ ajustados pela PPP)
G7	Estados Unidos	2,2%	39.710
	Japão	1,0%	30.040
	Alemanha	1,2%	27.950
	Reino Unido	2,4%	31.460
	França	1,7%	29.320
	Itália	1,2%	27.860
	Canadá	2,4%	30.660
Outras Economias Avançadas	Austrália	2,4%	29.200
	Coréia do Sul	3,7%	20.400
	Espanha	3,1%	25.070
	Portugal	1,6%	19.250
Emergentes Ásia	China	7,7%	5.530
	Índia	4,4%	3.100
Europa	Polônia	4,1%	12.640
	Rússia	4,3%	9.620
África	África do Sul	1,7%	10.960
Am.Latina	Argentina	0,9%	12.460
	Brasil	0,7%	8.020
	Chile	2,8%	10.500
	México	2,1%	9.590
	Venezuela	-0,5%	5.760

Fonte: FMI e Banco Mundial (apud CNI, 2006).

Segundo o relatório da OCDE publicado no Estado de São Paulo (2006) o Brasil investe cerca de R\$ 1.900 anuais em cada aluno do ensino fundamental e cerca de R\$ 13.000 por estudante do ensino superior. Países desenvolvidos, como por exemplo, a Noruega e a França, e em desenvolvimento, como a Coréia do Sul, têm índices de investimentos de alunos universitários inferiores a 40% do PIB. A média de investimento em alunos universitários entre os países pertencentes a OCDE é de 50% do PIB per capita, duas vezes e meia a menos do que no Brasil. Cláudio de Moura e Castro ao analisar os números publicados pela OCDE

afirma que “O problema de nosso ensino superior é que ele recebe alunos mal preparados do ensino fundamental”, também critica a tendência do Brasil de negligenciar o ensino fundamental. Já Simon Schwartzman lembra que “Na rede pública, não há mecanismo de cobrança nem de recompensa baseado na qualidade da escola”. Jorge Werthein, da Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura afirma que “O Brasil investe bastante em ensino, mas o problema é que desperdiça muitos recursos”.

O levantamento da OCDE publicado no Estado de São Paulo (2006) é uma nova confirmação da problemática da educação no Brasil. A reportagem indica que não faltaram verbas para o setor educacional, mas se o Brasil até hoje não conseguiu promover a revolução educacional, seguindo o exemplo do que foi praticado pelos “tigres asiáticos” na segunda metade do século 20 e hoje vem sendo realizado pela Índia, foi em virtude da forma equivocada como estes recursos vêm sendo aplicados. Em 2002, período analisado pelo relatório, a média de investimento em ensino era de 5,5% nos países da OCDE, dos quais 4% em educação básica e 1,5% em ensino superior, o Brasil investiu 4,4% do PIB em ensino, índice bem inferior aos demais países.

Schwartzman (2000) afirma que a experiência internacional evidencia, inclusive no caso brasileiro, que raramente uma universidade com padrão de qualidade na graduação, pesquisa, pós-graduação “stricto-sensu” e extensão pode se custear, apenas, com a cobrança de mensalidades.

2.2 COMPARAÇÃO DE PESQUISA

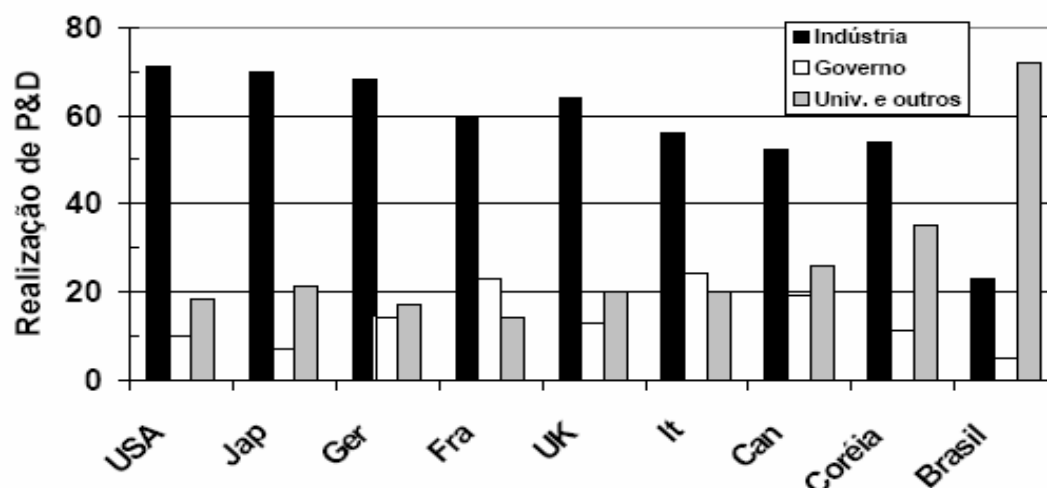
Segundo Schwartzman (1996) a universidade é uma organização de objetivos múltiplos, e para se conhecer o custo por aluno destas instituições se faz necessário à divisão dos custos da universidade alocando-os em suas verdadeiras finalidades que são: o ensino em seus vários níveis, pesquisa e extensão. Deste jeito se torna possível realizar comparações plausíveis entre universidades.

Assim, segundo Amaral (2003) se tiver que ser calculado o “custo do aluno”, no sentido dos recursos aplicados no ensino, temos que considerar que ele varia de instituição para instituição, dependendo do que representam as atividades de pesquisa e de extensão no contexto das atividades institucionais, e, portanto, não é aconselhável utilizar modelos muito simplificados que simplesmente dividem os gastos pelo número de alunos.

No Brasil, conforme Dimenstein (2001) a maior parte do investimento em pesquisa é feito pelo Governo e pelas Universidades. As empresas gastam em torno de um terço do total do investimento em pesquisa.

Figura 1: Distribuição dos cientistas e engenheiros ativos em P&D

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.



Fonte: Cruz (2004)

Conforme Cruz (2004) no Brasil 73% dos cientistas e engenheiros exercem atividade profissional nas Instituições de Ensino Superior, como docentes e apenas 11% trabalham para empresas. Já em outros países como os Estados Unidos a maioria dos cientistas e engenheiros trabalha para empresas, atingindo a espantosa cifra de 764.500 cientistas e engenheiros industriais. Essa distribuição americana é a verificada em todos os países industrializados, com pequenas variações.

Para Silveira (2005) o Brasil conquistou uma posição de destaque na produção científica e na geração de tecnologia. Das 20 maiores instituições que mais fazem pesquisa na América Latina, 11 estão no Brasil, conforme quadro abaixo.

Quadro 3: As 20 Maiores do Ranking de Produção Científica

	MUNDIAL	LATINO-AMERICANO
1	Academia Russa de Ciência (Rússia).	Universidade de São Paulo (USP).
2	Universidade do Texas (EUA).	Universidade Nacional Autônoma do México.
3	Universidade Harvard (EUA).	Universidade de Buenos Aires-Argentina.
4	Universidade de Tóquio (Japão).	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
5	Universidade da Califórnia em Los Angeles (EUA).	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
6	Universidade de Illinois (EUA).	Pontifícia Universidade Católica do Chile.
7	Universidade de Michigan (EUA).	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
8	Universidade de Wisconsin (EUA).	Universidade Federal de MINAS Gerais (UFMG).
9	Universidade de Washington (EUA).	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF).
10	Universidade de Toronto (Canadá).	Universidade das Índias Ocidentais – Jamaica, Barbados e Trinidad e Tobago.
11	Universidade Johns Hopkins (EUA).	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
12	Universidade de Minnesota (EUA).	Universidade Central da Venezuela.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA7
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

13	Universidade de Kyoto (Japão).	Universidade Autônoma Metropolitana de Iztapalapa (México).
14	Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA).	Instituto Nacional da Nutrição Salvador Zubirnan – (México).
15	Universidade Stanford (EUA).	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
16	Universidade Cornell (EUA).	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).
17	Universidade de Cambridge (Reino Unido).	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).
18	Universidade da Pensilvânia (EUA).	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
19	Centro Nacional de La Recherche Scientifique (França).	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).
20	Universidade de Osaka (Japão).	Instituto Cardiovascular de Buenos-Aires (Argentina).

Fonte: Silveira (2005).

Conforme Iziq (2002) o Brasil investe cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento, algo em torno de US\$ 5 bilhões. Pelo menos 60% desses gastos, US\$ 3 bilhões, portanto, são de responsabilidade do setor público. Porém, grande parte deste valor é gasto com a importação de máquinas e matéria-prima. Segundo a autora, cerca de 30% do valor total investido em pesquisa e desenvolvimento são gastos com produtos importados, o que eleva o custo da pesquisa no país.

Conforme Soares e Cericato (2005) existem várias metodologias para se realizar o cálculo do custo por aluno e fica inviável identificar uma correta. Por esta razão, fica difícil a realização de comparações do custo por aluno entre as instituições de ensino superior. Salvo quando se sabe que todos os valores analisados são provenientes de uma mesma metodologia. Quando a comparação do custo por aluno é feita entre países a situação é complexa também. Isso porque existem variáveis como políticas de ingressos nas universidades, quadro de pessoal, a tradição administrativa, as leis do país, entre outras que interferem diretamente na relação custo e aluno.

Segundo Lobo e Filho (2004) na maioria dos países, e o Brasil não é exceção, o custo direto do ensino é cerca de um terço dos gastos de uma Instituição de Ensino Superior (IES), que incluem administração, biblioteca, esporte, transporte, segurança, manutenção, gestão acadêmica, investimentos, impostos (em alguns casos) etc. - sem falar nos gastos que algumas com pesquisa e extensão. E complementam dizendo que uma universidade que pesquisa custa mais caro por aluno do que uma instituição voltada somente ao ensino.

3 MÉTODO

Lakatos e Marconi (1992) salientam que não existe ciência sem a aplicação de métodos científicos. Desta maneira, procurar-se-á expressar os métodos de pesquisa utilizados nesta pesquisa.

A pesquisa apresenta um caráter qualitativo. De acordo com Vieira (2004) a pesquisa qualitativa é definida como a que se fundamenta, sobretudo em análises qualitativas, assim não utilizando instrumental estatístico.

Quanto aos fins pode ser considerada descritiva e explicativa. Descritiva, pois está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los sem nenhuma interferência do pesquisador. Para Churchill (1987) pesquisa descritiva objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la. A pesquisa descritiva

expõe as características de determinada população ou de determinado fenômeno, mas não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Também é explicativa porque, de acordo com Vergara (1998), busca esclarecer quais fatores contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno.

Quanto aos meios de investigação, este trabalho foi dividido em duas etapas, uma inicial que foi a pesquisa bibliográfica, e outra final que foi a pesquisa documental e entrevistas.

Conforme Vergara (1998) a pesquisa bibliográfica é um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, meios eletrônicos e jornais. Fornece instrumental analítico para a pesquisa.

Yin (2001) afirma que a documentação é uma fonte estável de coleta de dados, tendo em vista que pode ser revista inúmeras vezes, além de ser exata por conter nomes, referências e detalhes como também possui uma ampla cobertura, pois abrange longos períodos de tempo e espaço. Porém, o autor ressalta que o acesso aos documentos pode ser dificultoso e caso não seja realizado uma pesquisa completa pode tendenciar a pesquisa.

Foram feitas entrevistas com informantes-chaves, que são personagens com conhecimento de causa para subsidiar os investigadores na solução do problema proposto. Foram entrevistados cinco professores com doutorado em Universidades européias e que exercem funções de dirigentes e/ou docentes em Universidades do estado de Santa Catarina. Segundo Yin (2001) as entrevistas são conversas guiadas com o intuito de levantar informações necessárias para a pesquisa. Os entrevistados fornecem ao pesquisador percepções e interpretações sobre o assunto.

Minayo (1998) entende que a análise dos dados, no tocante a pesquisa científica, deve atender a três finalidades: a primeira seria estabelecer uma compreensão dos dados que foram coletados, a segunda seria a de confirmação ou não dos pressupostos da pesquisa, a terceira seria ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado.

Os dados primários foram tratados com a técnica de análise de conteúdo, no que se refere às questões abertas.

A análise de conteúdo foi empregada, pois, de acordo com Richardson (1989) é utilizada para a análise de material obtido na coleta de dados de forma qualitativa, ao qual não se pode utilizar técnicas estatísticas. A análise do conteúdo é definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitam inferir conhecimento relativo às questões de percepção das mensagens obtidas.

4 RESULTADOS

A descrição dos resultados, nesta secção, referem-se as entrevistas realizadas com o público-alvo da pesquisa sobre o tema a ser abordado. Como salientado anteriormente, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo.

Foram elaboradas quatro perguntas básicas sobre o tema a ser explorado, e a partir destas são apresentados os resultados da pesquisa.

No que se refere a primeira pergunta realizada, **Como você analisa a Educação Superior no Brasil quando comparada a outros países?** Pode-se observar que:

- Falta à Educação Superior no Brasil investimento em pesquisa e um maior inter-relacionamento Universidade e empresa, para que exista transferência dos conhecimentos criados.
- A seriedade e respeito dos alunos aos horários, permanência em sala de aula e atividades definidas, ou seja, um pouco mais de formalidade evitando chegadas em atraso, entra e sai em sala de aula.

- Comparando com o modelo Europeu, em especial com as diretivas da "convenção de Bolonha" os cursos de graduação (Bacharelados) no Brasil têm uma carga horária maior e aproximadamente mais dois semestres, que os graus idênticos conferidos por Universidades Européias. Esta maior carga horária limita a pesquisa e a investigação individual. Diferenças tão acentuadas na estrutura dos graus superiores, entre o Brasil e a Europa, resultam em modelos pouco compatíveis e a meu ver numa perda de competitividade do Brasil, onde no ciclo inicial da formação superior os estudantes têm de permanecer, em média, mais um ano nas Universidades.

Cabe ressaltar que as principais diferenças entre a Educação Superior no Brasil com relação aos demais países está na carga horária dos cursos, a excessiva manutenção do conhecimento nas Universidades, sendo praticamente inexistente a relação Universidade/empresa e o desinteresse de alguns alunos com relação aos aspectos formais de horários. Estas diferenças acabam gerando, principalmente uma limitação na produção científica nacional, que para piorar, não é disponibilizada para as empresas de forma substancial.

Referente a segunda pergunta, **Quais ações no âmbito nacional deveriam ser tomadas para melhorar a Educação Superior no nosso país?**, observou-se que:

- Um reforço da avaliação das instituições de ensino superior, priorizando a avaliação da "empregabilidade" das instituições: a sua capacidade de formar graduados com as capacidades exigidas pelo mercado.
- Diminuição nos "currículos" das graduações, adequando o "modelo brasileiro" as tendências européias e Norte-Americanas. Num mundo globalizado, torna-se fundamental o Brasil estar em convergência com as práticas e os modelos dos países que conseguiram um maior progresso e riqueza.
- Obrigatoriedade do ensino de idiomas, ensinando-se e exigindo-se, para a conclusão de qualquer curso superior, fluência em dois idiomas (Inglês e Espanhol preferencialmente).
- Obrigatoriedade do ensino de Informática e Tecnologias da informação em todas as áreas do conhecimento.
- Em suma, investimento em ciência e tecnologia, grupos e projetos de pesquisa com envolvimento dos alunos, núcleos de estudo, maior adaptação da teoria e casos utilizados a realidade brasileira são ações possíveis de serem realizadas.

A guisa de síntese das percepções dos entrevistados indica que o país deve investir em uma adequação dos "currículos" dos cursos de graduações para adequá-los aos praticados em países europeus e nos Estados Unidos. Além disso, é necessária a introdução dos conhecimentos de idiomas e informática para um nivelamento dos egressos das Universidades brasileiras em nível internacional.

Quanto ao **Âmbito institucional, quais seriam estas ações?**, as respostas mais comuns dos informantes-chaves foram:

- Dedicar o primeiro semestre, de todas as graduações, a uma formação propedêutica priorizando:
 - Ensino de idiomas;
 - Ensino de Português;
 - Ensino da metodologia e técnicas de pesquisa;
 - Ensino de Informática e Tecnologias da Informação;
 - Pesquisa na Internet;
 - Português, Comunicação Oral e Escrita;
 - Matemática, lógica e Cálculo;

- Ciências Sociais;
- Ética e Cidadania;
- Direito e quadros Institucionais da Vida Econômica e Social.
- Reforço da exigência de exclusividade do Corpo docente, privilegiando professores com dedicação integral.
- Criação de um corpo docente estável e qualificado, garantindo uma cultura organizacional sólida.
- Proceder a uma rigorosa avaliação do desempenho do Corpo Docente, criando uma carreira e um plano de cargos e salários, em função dos graus e produção científicos e do desempenho e mérito individuais dos Professores.

Em síntese, pode-se observar que os entrevistados avaliam que deveria existir uma qualificação do corpo docente, dando a este tempo integral para o desenvolvimento das atividades na Universidade, além de estabilidade, o que poderia assegurar uma cultura organizacional mais consistente. Assim, estes docentes teriam melhores condições de realizar projetos de pesquisa. Uma outra ação de âmbito institucional evidenciada é a necessidade de uma formação propedêutica, dando base em línguas, comunicação, informática para os acadêmicos.

No que se refere a **Como podem ser feitas comparações internacionais de custo por aluno, evitando ao máximo as distorções?**, observa-se que:

- Através do "Padrão de Poder de Compra". As estruturas de custo das Universidades deverão ser semelhantes em termos percentuais. Tomando em conta as diferenças dos custos de vida relativos de cada país.
- Qual o percentual gasto em pesquisa no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts)? Qual a percentagem dos custos com o corpo docente nos custos totais da Universidade de Harvard? Quanto do seu orçamento anual gasta o ISCTE - INDEG, com comunicação e promoção? A partir destes dados poderiam-se criar indicadores para as comparações.

Cabe ressaltar que os informantes-chaves evidenciaram que a melhor solução para evitar distorções para comparações internacionais do custo por aluno é através do "Padrão de Poder de Compra". Este indicador levaria em consideração o custo de vida em cada país e por consequência as Universidades deveriam possuir percentuais semelhantes gastos em ensino, pesquisa e extensão.

5 CONCLUSÃO

Este artigo procurou mostrar os fatores que geram uma dificuldade na hora de se comparar os gastos financeiros para se manter um aluno no ensino superior em distintos países.

Quando a comparação do custo por aluno é feita entre países a situação é complexa. Isso porque existem variáveis como políticas de ingressos nas universidades, quadro de pessoal, a tradição administrativa, as leis do país, entre outras que interferem diretamente na relação custo e aluno. Uma alternativa para a comparação internacional do custo por aluno é apontada por Sheehan (1996). A divisão deste valor pelo produto interno bruto per capta do país. Assim, pode-se evitar maiores distorções.

Uma alternativa que se vislumbra também seria criar um "Padrão de Poder de Compra", tendo em vista que este não é o mesmo nos países, isso ajudaria a evitar distorções maiores ainda. Isso porque, em países mais desenvolvidos, é possível ter valores mais altos, porém proporcionalmente menores, se levado em consideração o poder aquisitivo da população.

Uma alternativa para esta comparação seria criar um indicador qualitativo para a comparação. Porque pode acontecer de um país gastar, proporcionalmente ao PIB, muito por aluno, pois tem proporcionalmente menos estudantes matriculados em universidades, porém acabar formando profissionais mais bem preparados. Uma alternativa que se vislumbra seria a criação de um indicador que medisse a quantidade de pesquisas de qualidade realizadas, pois um valor alto de custo por aluno comparativo ao PIB pode indicar também gastos maiores com pesquisas de qualidade.

O que se percebe é que o Brasil investe, comparativamente a outros países, uma quantidade razoável de recursos financeiros na educação. Porém, o que ficou evidenciado na pesquisa bibliográfica foi a distribuição equivocada destes recursos entre os ensinos fundamental, médio e superior. Enquanto a média de investimento em diversos países bem sucedidos em termos educacionais na educação superior é de 1,5% do PIB, no Brasil este valor é de aproximadamente 4%. Porém a educação básica nestes países recebe cerca de 4% do PIB, já no Brasil este valor não chega a 1%. Outro ponto que se destaca é que o Brasil investe cerca de duas vezes e meia a mais em educação (PIB per capto) do que os demais países pertencentes a OCDE. Desta feita, é importante que o Brasil aplique de forma mais racional o investimento em educação para que consiga promover uma revolução educacional, assim como fizeram os “tigres asiáticos” nos anos 1980 e como a Índia vem realizando atualmente.

O que se conclui ao final do artigo é que as comparações do custo por aluno entre instituições de países diferentes não é algo tão simples. É necessária prudência quando realizar estas comparações, porque, como foi ilustrado nesta pesquisa, existem fatores que interferem no custo dos alunos e comparações que não levam em consideração estes fatores podem acarretar em distorções da realidade e comparações irrealistas. Assim, estas distorções podem indicar uma falta de viabilidade, irreal, de comparações internacionais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. O custo do aluno: uma metodologia para as IFES. **Doxa: revista semestral do unileste MG**, Coronel Fabriciano, MG : v. 4, n. 8, p. 49-64, jul/dez. 2002.

____. **Evolução do custo do aluno das IFES: eficiência?** Amped. 2005.

____. **Financiamento da educação superior: Estado x Mercado.** São Paulo: Cortez, 2003.

ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO BRASILEIRO. **Comparação internacional de gastos governamentais em saúde, educação e previdência.** 2005. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/orcamento/conteudo/noticias/noticias_2005/051208_comparacao_internacional.htm> Acesso em: 29 de maio de 2006.

CHURCHILL, G.A. **Marketing research: methodological foundations.** Chicago: The Dryden Press, 1987.

CNI. Notas econômicas. **CNI Informa.** Ano 7, n. 89, 15 mar. 2006. Disponível em: <http://www.cni.org.br/produtos/econ/src/Notas_Economicas89.pdf> Acesso em: 01 de jun. de 2006.

COLOSSI, Nelson. La universidad en el contexto de las transformaciones globales. **II Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul**, Mar del Plata, 2001.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

COLOSSI, Nelson; CONSENTINO, Aldo; QUEIROZ, Etty Guerra de. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista FAE Business School**. v. 4. n.1, p.49-58, jan./ abr. 2001.

CRUZ, C. H. de B. **A Universidade, a Empresa e a Pesquisa que o país precisa**. Disponível em: <<http://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/univ-empr-pesq-rev102003b.pdf>> Acesso em: 29 de maio de 2006.

DIMENSTEIN, Gilberto. Investimento em tecnologia cresce nas empresas, mas ainda é baixo. **Folha online**. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gd160101.htm>> Acesso em: 22 de maio de 2006.

IZIQUÉ, Cláudia. Crise, Virtudes e oportunidades: importação de equipamentos e insumos eleva o custo de pesquisa no Brasil. **Revista Pesquisa Fapesp**. Ed 82. Dez. 2002.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. O Custeio Baseado em Atividades e sua eficiência em Instituições de Ensino Superior. **IV Colóquio de gestão universitária**, Florianópolis, 2004.

LAKATOS, E.V.; MARCONI, M.A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1992.

LOBO, Roberto Leal; FILHO, Silva. Números que confundem. **Revista Carta Capital**. 28 de abr. de 2004.

MELO, Pedro Antônio de **A Cooperação Universidade/Empresa nas universidades públicas brasileiras**, Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

MINAYO, M.C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MORGAN, Beatriz Fátima. Universidade de Brasília. **A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da universidade de Brasília**. Brasília, 2003. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília.

O ESTADO DE SÃO PAULO. As distorções da educação. **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://txt.estado.com.br/editorias/2006/09/15/edi-1.93.5.20060915.2.1.xml>> Acesso em: 15 de setembro de 2006.

RICHARDSON, N. R. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SCHWARTZMAN, Jacques. Financiamento do Ensino Superior Particular. **Revista Estudos**, ano 18, número 27, maio de 2000. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/Publicacoes/Revista_Estudos/estud27/cap_01.htm> Acesso em: 15 de maio de 2005.

_____. **Políticas de ensino superior no Brasil na década de 90: o financiamento das universidades federais**. 1996. Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~anped11/19/SCHWARTZ.htm>> Acesso em: 02 jul. 2005

SHEEHAN, John. **Modelos para la asignación de los fondos públicos entre las universidades**. Ministerio de Educación de Argentina. Nuevas direcciones em el

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

financiamiento de la educación superior, 1996. Disponível em:
<<http://www.me.gov.ar/spu/documentos/publicaciones/fes.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2005.

SILVEIRA, L.A. **Relação universidade-empresa:** fatores propulsores e restritivos no processo de transferência de tecnologia nas empresas catarinenses. Florianópolis, 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

SOARES, Thiago Coelho; CERICATO, Domingo. Custo por aluno: algo de fácil comparação?. **V Colóquio Internacional de gestão universitária**, Mar Del Plata, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. IN: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes org. **Pesquisa qualitativa em administração.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

YIN, Robert. **Estudo De Caso:** Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.